

Jornal do SindCt

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

MOVIMENTOS SOCIAIS SAEM ÀS RUAS PARA BARRAR TENTATIVAS DE GOLPE



Agência Estado

Atos organizados das centrais sindicais e movimentos populares mobilizaram multidões em 13/3. Dois dias depois, centenas de milhares saíram à rua contra Dilma em São Paulo, com apoio escancarado da TV Globo (p. 12)



Boscov e sua equipe com o foguete SONDA 4 (1985)

JAYME BOSCOV exclusivo:

«EUA impuseram restrições ao VLS. Só nos restou recorrer à Rússia e Índia, e fomos bem atendidos»

«Diletantismo e anacronismo perduram até hoje no segmento VLS sob a responsabilidade da AEB»

(p. 6 e 7)

Nossa Pauta Página 5
Seminário de Manaus
coloca em movimento
a Campanha Salarial

Mundo Página 3
Programa Espacial
Argentino: as razões
de ótimos resultados

Nossa Cidade Página 10
Trabalhadores vão à
luta na General Motors
para manter empregos

Bem-vindos servidoras e servidores do Cemaden!

Foram inauguradas oficialmente, em 28 de fevereiro último, as instalações do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), nas dependências do Parque Tecnológico de São José dos Campos. O órgão, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizou concurso público em 2014 e contratou 75 novos servidores, sendo 20 analistas de C&T, 40 tecnólogos e 15 pesquisadores. Estes novos servidores e servidoras passam assim a compor a base do SindCT, que já reúne os servidores do DCTA e Inpe. Fazemos questão de abrir esta edição do *Jornal do SindCT* dando as boas vindas aos novos colegas da Carreira!

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) é fruto da dedicação coletiva e abnegada de um grande número de servidores públicos. Temos procurado colher e divulgar o depoimento desses protagonistas, que possuem a “ciência espacial nas veias”, por meio de entrevistas e matérias publicadas no *Jornal do SindCT*. Nesta edição relatamos a dedicação de toda uma vida à causa da conquista espacial e do desenvolvimento soberano do país: estamos falando do engenheiro aposentado Dr. Jayme Boscov, do DCTA, que nos brinda com um depoimento exclusivo nas p. 6 e 7.

Boscov foi coordenador dos programas de veículos lançadores de satélites, tendo atuado no desenvolvimento da série de foguetes SONDA, bem como no programa VLS.

Embora afastado das atividades profissionais há mais de vinte anos, ele consegue resumir em poucas palavras o atual estágio do PEB: “diletantismo e anacronismo perduram até hoje no segmento VLS, sob a responsabilidade da AEB”.

A edição segue repleta de informações e análises, como o surpreendente avanço do programa espacial argentino, que ampliou os investimentos no setor de US\$ 100 milhões em 2008, para US\$ 1,2 bilhão em 2013. Desde então, o programa espacial argentino vem colhendo importantes resultados, como a colocação em órbita, em 2014, do primeiro satélite geoestacionário projetado, integrado e testado inteiramente na América do Sul, e a inauguração de seu laboratório para testes ambientais de satélites, o Centro de Ensayos de Alta Tecnología S.A. (Ceatsa), de propriedade das estatais Arsat (80%) e Invap (20%), ao custo de US\$ 40 milhões.

Por conta de uma decisão estratégica dos governos Kirchner, com uma gestão séria e competente do seu programa espacial, a Argentina hoje exporta equipamentos e serviços da área espacial para o Brasil, tendo inclusive retomado seu programa de desenvolvimento de veículos lançadores, com o foguete *Tronador*. A matéria está na p. 3.

CHARGE DO MÊS



HSBC e golpismo

Esta edição dedica as p. 8 e 9 ao escândalo financeiro relativo às contas secretas descobertas na filial suíça do banco britânico HSBC, escândalo conhecido como *SwissLeaks*. Do total de US\$ 100 bilhões em contas bancárias secretas, pertencentes a 106 mil clientes de 203 países nos anos de 2006 e 2007, nada menos do que US\$ 7 bilhões e 6.606 contas pertencem a 8.667 clientes de nacionalidade brasileira.

A grande mídia, que tem dado destaque à quadrilha de corruptos que atuava na Petrobras desde o governo FHC, neste caso ficou misteriosamente calada. O *SwissLeaks* repercutiu no exterior, mas no Brasil os principais jornais e emissoras de TV pouco falam dele. Razão desse “silêncio seletivo”: entre os donos brasileiros das contas do HSBC constam diversos proprietários dos conglomerados de mídia, ou seus parentes: grupo Folha, grupo Globo, grupo Bandeirantes etc.

Por fim, esta edição traz uma avaliação preliminar

das manifestações nacionais de rua ocorridas nos dias 13 e 15 de março, na p. 12. As manifestações do dia 13 — convocadas por CUT, UNE, Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MTST) e outras entidades e movimentos — tiveram como mote a defesa da democracia, da Petrobras e dos direitos trabalhistas.

Porém, as manifestações do dia 15, convocadas pelas redes sociais e principalmente pela grande mídia, tiveram objetivos difusos, com destaque para o fim da corrupção e para o *impeachment* ou saída imediata da presidenta Dilma Rousseff. Uma parte dos que foram para a rua no domingo 15, com apoio ostensivo da Rede Globo, flertaram com o golpismo e pediram a volta da Ditadura Militar. Isso é péssimo para a democracia.

ACS perto do fim?

Uma notícia que circulou na mídia comercial e que, a depender dos seus desdobramentos, será pausada nas próximas edições do *Jornal do SindCT* é a

decisão que o governo teria tomado, de início apenas nos bastidores, de pôr fim à empresa estatal brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space (ACS), criada com o objetivo de fazer lançamentos comerciais de satélites a partir da base de Alcântara, no Maranhão, por meio do foguete ucraniano Cyclone-4. A medida estaria relacionada ao “ajuste fiscal” do governo.

O *Jornal do SindCT* há muito vem denunciando mais este projeto delirante do PEB, que drenou cerca de R\$ 1 bilhão do setor espacial, mas só produziu um amontoado de concreto e ferros contorcidos hoje expostos à ação das intempéries e da maresia da bela cidade de Alcântara. Aliás, quem irá pagar por mais este prejuízo? Apenas a Viúva? Vai-se repetir, guardadas as proporções, o desfecho da tragédia do VLS em Alcântara (2003), sem que ninguém seja responsabilizado?

É neste cenário de crise política, disputa de projetos e “ajuste fiscal” que a Carreira de C&T e os demais setores do funcionalismo público federal darão início às suas campanhas salariais no ano de 2015. A inflação dos últimos anos já corrói mais de 20% dos salários dos servidores, que ainda carecem de reajustes nas contribuições indenizatórias (como auxílio alimentação e auxílio transporte), além de mais vagas para concurso público, de modo a recompor a força de trabalho dos vários órgãos do governo ligados à área de C&T.

Boa leitura!

AMÉRICA LATINA

Argentina amplia investimentos e colhe êxitos no Programa Espacial

Lançamento do satélite geoestacionário ArSat-1, primeiro da Argentina e da América Latina, comprova os acertos do programa espacial. Entre 2008 e 2013, investimento estatal saltou de US\$ 100 milhões para US\$ 1,2 bilhão anuais

Antonio Biondi

No final de 2014, a Argentina lançou com sucesso seu primeiro satélite geoestacionário próprio. O ArSat-1 foi colocado em órbita em 16 de outubro, afirmando-se não somente como o primeiro satélite geoestacionário feito pela Argentina, mas também o primeiro na América Latina. A conquista representou mais um êxito do país vizinho na área, colhido com a ampliação de investimentos e priorização da soberania e desenvolvimento nacionais no setor aeroespacial.

No livro *El sector espacial argentino - Instituciones, empresas y desafíos*, pode-se ter uma noção do aumento exponencial dos investimentos do país no setor espacial nos últimos anos. Em 2013, as dotações orçamentárias da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Conae) e da ArSat SA, empresa estatal do setor, ultrapassaram, somadas, a casa do 1 bilhão de dólares pela primeira vez.

A título de comparação, em 2014 o orçamento da Agência Espacial Brasileira (AEB) foi de cerca

de 300 milhões de reais, o equivalente a 130 milhões de dólares pelo câmbio da época. Se o leitor considerar o tamanho do Produto Interno Bruto dos dois países, a diferença se torna ainda mais evidente: ao passo que o PIB do Brasil situava-se acima de 2,2 trilhões de dólares em 2013, o da Argentina era de apenas 475 bilhões de dólares, segundo dados do Fundo Monetário Internacional.

O crescimento anual do montante investido pela Argentina na Conae e ArSat é impressionante. Entre 2005 e 2008, o valor sempre se encontrou abaixo de 100 milhões de dólares, grandeza ultrapassada pela primeira vez em 2009. Em 2010, o valor já salta para montante próximo a 500 milhões de dólares, marca superada no ano seguinte. Em 2012 o orçamento das duas instituições experimenta novo salto, para a faixa de 700 milhões de dólares. E em 2013 chega a 1,2 bilhão de dólares.

Decisões estratégicas

O sucesso no lançamento do satélite ArSat-1 em outubro passado é resultado, contudo, não somente dos investimentos, mas antes de tudo de decisões estratégicas dos governos capitaneados por Néstor Kirchner e Cristina Kirchner. Por exemplo: a decisão da Argentina de projetar e fabricar seu próprio satélite geoestacionário ganhou corpo em 2007, quando o governo decidiu estatizar a empresa NahuelSat, fundindo-a com a estatal ArSat S.A.



Desde sua criação, em 1991, a Conae já logrou a colocação em órbita de quatro satélites de observação da Terra desenhados e construídos na Argentina: SAC-A, SAC-B, SAC-C e SAC-D/Aquarius. Atualmente, encontram-se em construção os satélites com característica de radares SAOCOM 1A e SAOCOM 1B, além do desenvolvimento dos satélites de estrutura segmentada da série SARE.. E, no âmbito regional, Brasil e Argentina trabalham juntos na missão intitulada SABIA Mar.

Os programas espaciais do Brasil e Argentina começaram praticamente juntos, nos idos da década de 1960. Hoje, o Brasil eventualmente importa equipamentos argentinos, num cenário de intercâmbio entre os dois países. Nos últimos anos, a Argentina investiu cerca de 200 milhões de dólares em seu Centro de Ensaios de Alta Tecnologia (CEATSA). Mas, antes da inauguração do CEATSA, as provas mais elaboradas dos equipamentos espaciais fabricados na Argentina se

davam no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE.

O Plano Espacial Nacional argentino se encontra estruturado em diversos órgãos, que se inter-relacionam. A estrutura encontra-se descentralizada por boa parte do país, com as principais bases em Córdoba (onde se localiza o Centro Espacial Teófilo Tabanera, coração do sistema), Buenos Aires, Mendoza e Bariloche. Além disso, a Conae conta com escritórios em Roma, São Paulo, Los Angeles e Washington.

Conforme destacado pelo site da Conae, o Plano Espacial conta ainda com a colaboração de diversos órgãos, universidades e empresas nacionais, como a Invap, principal fornecedora das missões satelitais, e a VENG, fornecedora central na área de acesso ao espaço.

As iniciativas da Argentina no setor contam com apoio da NASA e das agências espaciais de Itália, França, Canadá, China e Dinamarca, entre outros. O Brasil também continua contribuindo, especialmen-

te por meio do INPE. No caso do ArSat-1, subsistemas importantes como a carga útil, o controle de atitude, o computador de bordo e o painel solar foram adquiridos de empresas estrangeiras.

Política de Estado

O Plano Espacial Nacional argentino teve sua primeira versão aprovada pelo Congresso Nacional em 1994 e trabalha com um horizonte de 11 anos. Considerado “política de Estado” em função de seus objetivos, conteúdo e continuidade, é revisado periodicamente — atualmente, encontra-se em vigor a revisão 2004-2015 do Plano.

Uma faceta interessante do programa é a formação de quadros. Em breve, o Centro Espacial Teófilo Tabanera passará a oferecer três novos cursos de mestrado no setor: Tecnologia Satelital, Instrumentos Satelitais e Desenvolvimento em Informática para Aplicação Espacial. O centro já conta com um mestrado em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta Imediata a Emergências e com os novos cursos pretende consolidar sua “oferta de formação superior especializada de alto nível acadêmico, orientada a satisfazer às necessidades concretas da atividade espacial no país e na região”.

A reportagem do *Jornal do SindCT* contactou a Conae e a estatal ArSat para entrevistas. Os órgãos argentinos se comprometeram a responder às perguntas enviadas, mas isso não havia acontecido até o fechamento desta edição.

POSSE DE NOVOS SERVIDORES

Concurso público no INPE deve prevalecer sobre contratação temporária por terceiros

Contratação de pessoal terceirizado por meio da fundação dita “de apoio” Funcate, para realizar atividades-fim do INPE, afronta a legislação e traz riscos para a instituição, que após qualificar estas pessoas poderá perdê-las

Diretoria do SindCT

Tomaram posse neste mês de fevereiro 66 novos servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aprovados em concurso público realizado em 2014 como parte de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado entre o instituto e o Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2013. O acordo previa a substituição de trabalhadores contratados em regime temporário e em caráter “emergencial” por servidores estáveis e efetivos contratados com base no Regime Jurídico Único (RJU), que regulamenta os direitos e deveres do servidor público federal em todo o país.

Na época o MPF entendeu que o caráter emergencial daquelas contratações não foi confirmado, já que a administração não realizou, em seguida, concurso público para a substituição dos temporários por servidores efetivos. Ou seja, uma solução tida como emergencial estaria sendo utilizada, na prática, para suprir demandas permanentes do instituto, afrontando a própria Constituição Federal, que prevê o concurso público como única forma de acesso a cargos públicos, excetuando-se os cargos eletivos e os cargos em comissão.

Se por um lado este problema pontual parece ter sido resolvido, por outro lado há dezenas de casos semelhantes nas chamadas instituições científicas e tecnológicas (ICTs), de funcionários contratados também em caráter temporário, pelo regime da CLT, sem concurso público, e ainda com um agravante: realizando na maioria dos casos atividades-fins da instituição, isto é, aquelas atividades principais para as quais o órgão existe. A legislação vigente veda, em particular, a tercei-

rização das chamadas atividades-fins. É o caso da contratação, em 2011, de 63 profissionais para atuarem diretamente nas atividades de projeto, fabricação, montagem e testes de satélites do INPE, como o CBERS-3&4 e o Amazônia-1. Estes profissionais foram contratados sem critério público de seleção, com base na Lei 12.349/2010, que alterou as normas que regem a relação entre universidades, as ICTs e suas respectivas “fundações de apoio”. Acontece que esta mesma lei veda “a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das contratantes”, o que na prática vem acontecendo nos referidos contratos.

Burla

É por este motivo que tanto a Advocacia Geral da União (AGU) quanto o MPF já se pronunciaram contrários a este tipo de contratação. Também o Tribunal de Contas da

União (TCU) “tem deliberado pela ilegalidade da contratação indireta de pessoal através da fundação de apoio interposta para a execução de atividades inerentes ao seu plano de cargos e salários, por constituir burla ao instituto do concurso público” (Acórdãos 6/2007-Plenário; 370/2007 - 2ª Câmara; 2.448/2007 - 2ª Câmara; 599/2008 - Plenário; 1.378/2008 - 1ª Câmara; 706/2007 - Plenário; e 1.508/2008 - Plenário).

No caso específico do INPE, o TCU, por meio do Acórdão 1.134/2003 - 1ª Câmara, determinou ao instituto que se abstenha de celebrar contratos de terceirização de força de trabalho que tenham por objeto a prestação de serviços relacionados à atividade-fim.

Os fatos recentes já mostraram que a contratação de pessoal terceirizado pelo INPE para atuar em atividades-fim da instituição por meio de “sua” fundação de apoio (Funcate) não apenas afronta a legislação vigente, como ao fim e ao cabo traz sérias consequências tanto para a instituição, que após treinar e qualificar estas

pessoas poderá perdê-las antes que os projetos em andamento tenham sido concluídos, quanto para os próprios profissionais contratados, que poderão vir a ser demitidos por ordem da Justiça ou, no limite, não ter seus contratos de trabalho renovados.

De fato, a Auditoria TC 008.834/2012-1 do TCU, ao avaliar a situação destas contratações e a possibilidade de se querer estendê-las, assim manifestou-se: “a prorrogação ou renovação do Contrato 01.06.083.0/2011, firmado com a Funcate, ou a celebração de contratos com objetos similares ao referido instrumento, por meio de dispensa de licitação com a citada Fundação, importará no descumprimento do disposto no art. 6º, § 12, do Decreto 7.423/2010; a participação dos mesmos profissionais integrantes do quadro técnico do Contrato 01.06.083.0/2011, em contratação, por meio de dispensa de licitação, de objetos similares ao citado instrumento contratual, configurará burla ao disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal”.



RÁDIO CT, ANO 2
www.radioct.com

WEB RádioCT

CAMPANHA SALARIAL

Fórum de C&T realiza seminário em Manaus

Reunidas na capital do Amazonas entre 25 e 27 de fevereiro, as entidades que compõem o Fórum de C&T traçaram as diretrizes para a árdua campanha salarial de 2015

Gino Genaro*

O Fórum de C&T, que reúne 31 entidades representativas dos servidores públicos federais da Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T), realizou seu seminário nacional entre os dias 25 e 27 de fevereiro, para debater a conjuntura política e econômica do país, bem como aprovar as diretrizes de ação relativas à Campanha Salarial da categoria para 2015. A Carreira de C&T é considerada “transversal”, por englobar nada menos do que 23 órgãos de oito ministérios do governo federal: MCTI, MinC, MD, MDICE, MEC, MTE, MS, MMA e SAE.

Realizado nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus-AM, o seminário foi aberto com uma mesa redonda que debateu a situação da Carreira de C&T e dos órgãos federais que a compõem. A mesa foi composta pelos deputados estaduais Serafim Corrêa (PSB) e Luiz Castro (PPS), pelo diretor do INPA, Luiz Renato de França, pelo presidente do SindCT, Ivanil Elisiário Barbosa (como representante da secretaria executiva do Fórum de C&T), e pelo diretor do Sindsep-AM, Jorge Lobato. Ex-prefeito de Manaus, Corrêa pautou sua fala na importância estratégica da ciência e tecnologia para

o desenvolvimento soberano do país. Como exemplo, citou a própria história do Amazonas, que viveu seu apogeu econômico no período da extração do látex para a fabricação de borracha.

A matéria prima, lembrou o ex-prefeito, era exportada quase que integralmente para os Estados Unidos da América, que na época forneciam os insumos e a tecnologia para que a produção fosse da melhor qualidade possível. Os norte-americanos, entretanto, sabiam que não poderiam continuar reféns dos produtores de borracha para sempre, sob pena de colocarem em risco a autonomia e o desenvolvimento do país. Passaram a investir pesadamente no desenvolvimento da tecnologia para a produção de borrachas sintéticas, com características superiores às da borracha natural, produzida a partir do látex extraído das seringueiras. Com o advento desta tecnologia, encerrou-se o auge do ciclo da borracha no Brasil, com consequências econômicas desastrosas para o país.

Os demais oradores reforçaram a tese da importância da C&T, de que ela deveria ser encarada efetivamente pelo governo como um assunto estratégico para o país, com investimentos robustos e permanentes, pesquisas de ponta nas áreas em que o país possui vantagens comparativas, e reposição da força de trabalho dos órgãos governamentais responsáveis pela maior parte das pesquisas científicas nacionais. Ao final do seminário foi aprovada a chamada “Carta de Manaus”,



Sindicalistas do Fórum de C&T preparam a “Carta de Manaus”

que sintetiza as diretrizes de ação do Fórum de C&T para o próximo período.

Conjuntura complexa

O seminário debateu a atual conjuntura política e econômica por que passa o país, bem como seus reflexos para a área de C&T. O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff tem seu início marcado pela implantação de uma política fiscal recessiva, com aumento de juros e impostos, a u m e n t o das tarifas públicas como energia elétrica e combustíveis, bem como a adoção de medidas que restringem o acesso dos trabalhadores a benefícios como seguro-desemprego, auxílio-doença e outros. O período é marcado ainda pela retração da atividade industrial, com a ameaça de demissões em massa no setor automobilístico.

Tornando a situação ainda mais complexa, o cenário político também é desfavorável, com o governo se vendo refém de uma base de apoio conservadora e fisiológica no Congresso. A direita aproveita a situação para tentar emplacar

seu programa de governo derrotado nas urnas, bem como o “terceiro turno” das eleições no país, puxando palavras de ordem pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, sem qualquer base legal e sem qualquer denúncia concreta contra a presidente que o justifique.

É neste cenário turbulento e difícil que os servidores públicos federais (e a Carreira de C&T em particular) levarão adiante suas reivindicações por melhores condições de trabalho e melhores salários. Afinal, os servidores também são vítimas da inflação, que ano a ano corrói seus salários, bem como do desatendimento, por parte do governo, de pleitos acordados em campanhas passadas.

Campanha salarial

A campanha salarial da Carreira de C&T irá pleitear fundamentalmente a adoção de uma nova tabela salarial para os servidores dos vários órgãos que compõem a carreira, de modo que os vencimentos da C&T sejam equivalentes aos percebidos por outros órgãos do governo que compõem as chamadas “carreiras típicas de Estado”, como as do Banco Central, Polícia Federal,

Receita Federal. Esta nova tabela, caso implementada, representará um aumento médio de 70% nos vencimentos atuais dos servidores da C&T.

Paralelamente à campanha salarial específica da Carreira de C&T, os servidores da área também sairão em apoio às

Gino Genaro

reivindicações do movimento geral dos servidores públicos federais de todo o país. A pauta nacional dos servidores pleiteia um aumento linear dos salários de 27,3%. Este índice leva em conta o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 44% para o período de agosto de 2010 a julho de 2016, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas no período 2013-2015.

Outros itens da pauta geral de reivindicação incluem o direito à negociação coletiva (Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho-OIT); paridade salarial entre ativos e aposentados; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores; e isonomia salarial de todos os benefícios entre os três poderes da União. A campanha salarial unificada dos servidores foi lançada em Brasília em 25 de fevereiro, com a primeira reunião do movimento com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) já confirmada para 20 de março.

*Gino Genaro é tecnologista do INPE e secretário de Comunicação e Cultura do SindCT

DEPOIMENTO

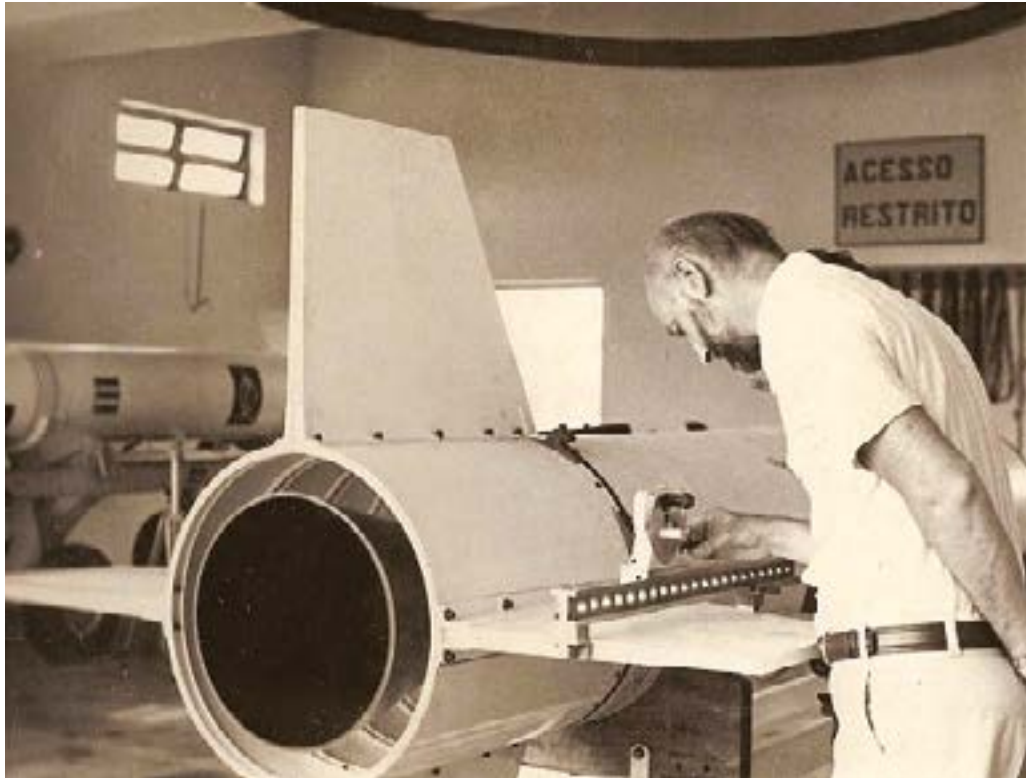
EUA impuseram restrições ao VLS, revela Jayme Boscov

“Só nos restou recorrer a Rússia e Índia, e fomos bem atendidos”, relatou ao *Jornal do SindCT* o engenheiro brasileiro que atuou no programa espacial francês por 7 anos e no desenvolvimento do foguete SONDA 3, bem como do programa VLS

Fernanda Soares e Redação

Entre os engenheiros que mais se destacaram na história de realizações aeroespaciais do Brasil, Jayme Boscov é dono de uma trajetória profissional bastante singular. Formou-se no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1959, mas após rápida passagem por seu primeiro emprego, numa “pequena companhia de aviação comercial no Rio de Janeiro”, ganhou uma bolsa de estudos do governo francês. Sua chegada à França, em 1960, dava início a uma carreira marcante, na qual não faltaram lances inusitados.

Em pleno auge da “Guerra Fria”, foi contratado por uma empresa que participava do desenvolvimento do programa de mísseis balísticos internacionais. Depois de sete anos ali, a amizade com um colega de trabalho que se tornou suspeito de espionagem em favor da então URSS lhe trouxe dissabores: exigiram que Boscov assumisse a cidadania francesa, para provar sua fide-



Boscov examina tubeira de um foguete da série SONDA

lidade. Ele se recusou e foi transferido de setor, para a produção do supersônico Concorde.

Em 1969 regressou ao Brasil, passando a trabalhar no então Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), no projeto do foguete SONDA, que daria origem à Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e ao programa de veículos lançadores de satélites (VLS), cuja direção ele viria a assumir em 1980. “Relutei em aceitar redigir este trabalho [as respostas às questões encaminhadas pela reportagem] já que me encontro afastado de qualquer atividade espacial desde que me aposentei e realizei um trabalho para a AEB em 1997-98, intitulado ‘Veículos Lançadores’, em nível internacional e nacional”, explica Boscov. “É bom lembrar, também,

que exerci a gerência do VLS somente até janeiro de 1992, quando então ela passou a ser exercida diretamente pelo diretor do CTA e posteriormente pelo diretor do IAE”.

Jornal do SindCT - Tendo se formado no ITA, como foi o início da sua carreira na França?

Boscov - Formado em 1959 em Engenharia Aeronáutica, iniciei minha vida profissional em uma pequena companhia de aviação comercial no Rio de Janeiro. Contemplado com uma bolsa de estudo do governo francês, parti para a França em 28 de julho de 1960. Estagiei durante seis meses nas Indústrias Mecânicas e Aeronáuticas. Após o término da bolsa, por motivo alheio à minha vontade (acidente com um familiar) vi-me obrigado

a permanecer na França, quando então passei a procurar emprego. Após seis longos meses de procura, sempre com recusa por eu ser estrangeiro, dado que todas as empresas aeronáuticas eram ligadas a programas militares, finalmente consegui empregar-me numa empresa que participava do nascente programa de desenvolvimento dos mísseis balísticos intercontinentais, menina dos olhos do então presidente general Charles De Gaulle, quando o mundo se encontrava no âmago da “Guerra Fria”.

Isto só foi possível porque a maior autoridade em termodinâmica de reatores da França esteve no ITA para um seminário com os professores; ele deu o aval para que eu fosse contratado, garantindo que o ITA era uma escola de engenharia de alto nível. Mesmo

assim fui confirmado como engenheiro somente após três meses de experiência.

Já com sete anos participando do programa espacial, por suspeita de envolvimento em espionagem em prol da Rússia de um colega de trabalho com quem mantinha relação de amizade, fui intimado a assumir a nacionalidade francesa, o que naquele tempo significava renegar a minha própria nacionalidade, para permanecer neste trabalho. Recusei-me e fui transferido para o programa de desenvolvimento do avião supersônico Concorde, onde permaneci até meu regresso ao Brasil em 1º de julho de 1969.

Jornal do SindCT - Como foi o convite para voltar ao Brasil para trabalhar no CTA?

Boscov - Tudo começou com um primeiro contato com o já falecido colega de turma Claudio Uzeda, que trabalhou na mesma empresa na França, mas na área de desenvolvimento de reatores de aviões. Ele já havia retornado ao Brasil e estava empregado no CTA. Ele me informou que havia uma nascente atividade espacial com o desenvolvimento do foguete de sondagem mono-estágio SONDA 2. Em dezembro 1967, vim ao Brasil e mantive contato com o INPE e o CTA, onde fiquei sabendo que o passo seguinte era o desenvolvimento do foguete bi-estágio SONDA 3, que se coadunava com minha experiência profissional adquirida na França.

VIDA E TRABALHO

Voltei para a França e, paralelamente ao meu trabalho no desenvolvimento do Concorde, elaborei um diagrama PERT com todos os eventos e suas dependências para o desenvolvimento do SONDA 3, atendendo às performances esperadas do futuro foguete de sondagem.

Apresentei o diagrama PERT ao adido da Aeronáutica em Paris em 1968. Finalmente, aceite o programa para o desenvolvimento do SONDA 3 de acordo com o diagrama PERT, entreguei-o para uma comitiva da Aeronáutica que se encontrava em Paris. Isto feito, entrei em contato com entidades espaciais da França para que dois especialistas viessem para o CTA para participar dos estudos preliminares do SONDA 3.

Retornei ao Brasil em 1º de julho de 1969, integrando-me ao restrito grupo de não mais que 25 pesquisadores de uma das seções do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD) do CTA, seção esta que posteriormente se transformou no Instituto de Atividades Espaciais (IAE).

Jornal do SindCT - Quais foram os planos iniciais no Brasil?

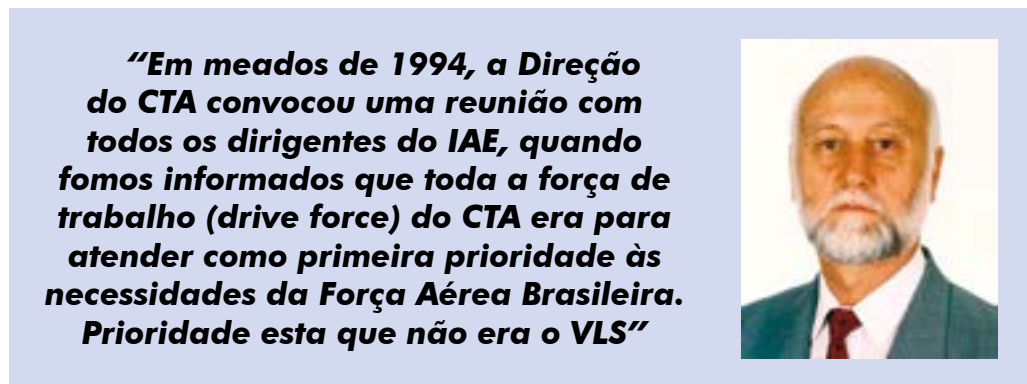
Boscov - Durante todo o mês de agosto de 1969, realização dos estudos preliminares do foguete SONDA 3 com a participação dos especialistas franceses. Foram analisadas todas as áreas concernentes ao projeto: Estruturas, Aerodinâmica, Propulsão, Rede Elétrica, Trajetografia e Sistema de Segurança, finalizando com um documento englobando todos os estudos. A partir daí, controle rigoroso das atividades técnicas e de gerenciamento, sem dar espaço para “jeitinhos” e “gambiarras” tão difundidos em nossa cultura.

Jornal do SindCT - Qual era a motivação das pessoas na área espacial?

Boscov - Entusiasmo! Dedicção! Inovação! Mentas abertas para uma nova atividade profissional fora das áreas convencionais. Pioneirismo! Eram apenas 25 pesquisadores para tratar de todas as áreas aqui mencionadas. A partir daí, contratações de engenheiros e técnicos, já que havia um programa com continuidade.

Jornal do SindCT - Como foi a dinâmica de trabalho no CTA naquela época?

Boscov - Não gostaria de citar nomes, seriam muitos e muitos! Mas não posso deixar de citar aquele que foi o grande incentivador para a sedimentação das pesquisas e realizações no campo espacial no CTA: o saudoso tenente-brigadeiro do ar Paulo Victor da Silva. Eu particularmente



“Em meados de 1994, a Direção do CTA convocou uma reunião com todos os dirigentes do IAE, quando fomos informados que toda a força de trabalho (drive force) do CTA era para atender como primeira prioridade às necessidades da Força Aérea Brasileira. Prioridade esta que não era o VLS”

tive uma rica experiência de trabalho com ele, desde que assumi meu posto de coordenador dos projetos de desenvolvimento de veículos lançadores, a partir de agosto de 1969. Ele não fazia nenhuma diferenciação entre militares e civis. O que contava para ele eram a competência e responsabilidade nas ações de trabalho.

Foi uma época de realizações com apoio irrestrito às inovações. Foi uma época áurea! É bom lembrar também do desenvolvimento do avião Bandeirante, que deu origem

à Embraer. A dinâmica era de muito trabalho, dedicação, esforço, entendimento e companheirismo de todos, civis e militares, era a mola mestre de todas as atividades.

Jornal do SindCT - Como foi concebida a MECB?

Boscov - Foi consequente dos resultados do desenvolvimento dos foguetes SONDA: S2, S3, S4, demonstrativos de competência e *savoir-faire*, permitindo assim objetivar o desenvolvimento ambicioso de um Veículo Lançador de Satélites (VLS), bem mais complexo. A MECB era um programa de governo gerenciado pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) ligada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Tinha como objetivo assegurar os recursos financeiros para o desenvolvimento dos três segmentos: o VLS e o Campo de Lançamentos de Alcântara, pelo CTA; e o Satélite de Coleta de Dados, pelo INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Jornal do SindCT - Por que não prosseguimos no mesmo ritmo?

Boscov - Esta questão é bastante delicada, envolve a mudança do regime de exceção para o regime democrático. A partir de 1985, o programa espacial, que era estratégico, foi caminhando para uma perigosa situação de ana-

cronismo. Deixou de ser prioritário no próprio CTA. Em meados de 1994, a Direção do CTA convocou uma reunião com todos os dirigentes do IAE, quando então fomos informados que toda a força de trabalho (*drive force*) do CTA era para atender como primeira prioridade às necessidades da Força Aérea Brasileira (FAB). Prioridade esta que não era o VLS, deixou também de ser de cunho governamental.

Independentemente de qualquer conotação ideológica, deve-se reconhecer que durante o regime de exceção havia uma política espacial ao nível de Presidência, sem restrições financeiras. O programa de desenvolvimento do VLS já era de cunho internacional com intercâmbio com vários países (principalmente França, Alemanha, Estados Unidos) objetivando a formação de pessoal, aquisição de componentes, desenvolvimento de alguns subsistemas do VLS. Chegou a ficar nos holofotes do Departamento de Estado dos EUA, que impuseram restrições a qualquer fornecimento de materiais e serviços que pudessem ajudar o desenvolvimento do VLS; tanto nos EUA como na França, Alemanha e Inglaterra. Só nos restou recorrer à Rússia e Índia, e fomos bem atendidos.

Infelizmente, diletantismo e anacronismo perderam até hoje no segmento VLS sob a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira (AEB).



Boscov e equipe no lançamento do SONDA 4, em novembro de 1985

CASO SWISSLEAKS

Escândalo das contas do HSBC implica figurões e donos da mídia brasileira

Filial suíça desse banco abrigou US\$ 100 bilhões em contas secretas de 106 mil clientes de 203 países. Dessas contas, 6.606 eram mantidas por 8.667 clientes brasileiros e somavam US\$ 7 bilhões

Antonio Biondi

O escândalo que eclodiu no mês de fevereiro no mundo todo, relativo a contas secretas reveladas na filial suíça do banco britânico HSBC, possui todos os ingredientes para se consagrar como uma das maiores agendas políticas e jornalísticas do Brasil em 2015. Conhecido como *SwissLeaks*, o caso revelou que o HSBC na Suíça abrigou mais de 100 bilhões de dólares em contas secretas pertencentes a 106 mil clientes de 203 países. Os dados, que se referem aos anos de 2006 e/ou 2007, indicam que 6.606 dessas contas bancárias pertencem a 8.667 clientes de nacionalidade brasileira e envolvem cerca de 7 bilhões de dólares — mais de 20 bilhões de reais.

Por desvendar o *modus operandi* de sonegação e evasão de receitas praticada por grupos que integram a elite brasileira, implicando corruptos e corruptores, o caso deveria ser uma chance de ouro para a mídia do Brasil atender ao interesse público e mostrar para onde vai parte das riquezas produzidas no país. Porém, embora o escândalo tenha



Roberto Marinho, fundador do grupo Globo, e dona Lily (ambos já falecidos): explicação insuficiente para conta no HSBC

obtido grande espaço e repercussão no exterior, no Brasil os principais jornais e emissoras de TV falaram quase nada sobre ele.

Logo se soube as razões desse silêncio: é que proprietários dos grupos empresariais de mídia estão entre os donos das contas do HSBC na Suíça. Foi o que se leu em matéria publicada pelo jornal *O Globo*: “Na lista dos 8.667 brasileiros [...] aparecem donos, diretores e herdeiros de veículos de comunicação, além de jornalistas. Um levantamento feito pelo *Globo*, em parceria com o UOL, com base nos documentos oficiais que foram vazados por um ex-funcionário da instituição financeira, indica que há ao menos 22 empresários e sete jornalistas brasileiros entre os correntistas do HSBC suíço. Nos documentos, constam os nomes de proprietários do Grupo Folha, ao qual pertence o UOL”.

Ainda segundo *O Glo-*

bo: “Quatro integrantes da família Saad, dona da Rede Bandeirantes, também tinham contas no HSBC na época em que os arquivos foram vazados. Constam entre os correntistas os nomes do fundador da Bandeirantes, João Jorge Saad (1919-1999), da empresária Maria Helena Saad Barros (1928-1996) e de Ricardo Saad e Sílvia Saad Jafet, filho e sobrinha de João Jorge. Lily de Carvalho, viúva de dois jornalistas e donos de jornais, Horácio de Carvalho (1908-1983) e Roberto Marinho (1904-2003), aparece na lista. [...] Roberto Marinho foi dono das Organizações Globo, hoje Grupo Globo, ao qual pertence *O Globo*”.

Entre vários outros nomes de proprietários de mídia de diversos pontos do país citados na matéria figuram o de Carlos Roberto Massa (Ratinho), dono da “Rede Massa”, afiliada ao SBT no Paraná, que possuía, em conta

conjunta com a esposa, 12,5 milhões de dólares; e Aloysio de Andrade Faria, do Grupo Alfa (Rede Transamérica), que tinha em conta US\$ 120,6 milhões.

“Dinheiro obscuro”

O caso traz em si, portanto, potenciais ameaças ao direito à informação dos brasileiros e brasileiras. É o que afirmam jornalistas ouvidas pelo *Jornal do SindCT*, para as quais o escândalo das contas secretas do HSBC merece uma divulgação muito mais ampla do que vem tendo até agora. Basta ver que o próprio texto do jornal *O Globo* trata do assunto de modo discreto, protocolar, numa linha de “redução de danos”.

Natalia Viana, jornalista da Agência Pública, explica que sua equipe está solicitando acesso aos documentos. “Morro de vontade que eles cheguem a nós”. No seu entender, é

possível até que a apuração das informações seja exaurida pelo grupo de jornalistas que atualmente já tem acesso à lista, capitaneado pelo jornalista Fernando Rodrigues e por outros profissionais do Portal UOL e do jornal *O Globo*, “mas queremos acessá-la também”. Ela defende que a definição do que é jornalismo não deve se dar a partir do que um profissional esconde, e sim em função do que ele revela. A solicitação da Pública se destina ao Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (cuja sigla em inglês é ICIJ), que organizou a divulgação dos dados em âmbito mundial.

Em 8 de fevereiro, Rodrigues, um premiado repórter (autor da reportagem sobre a compra de votos no Congresso que garantiu a reeleição de FHC), informava em seu blogue: “Equipe de jornalistas de 45 países revela contas bancárias secretas mantidas por criminosos, traficantes, sonegadores fiscais, políticos e celebridades” e “HSBC abrigou dinheiro obscuro ligado a ditadores e traficantes de armas”. Alguns dias depois, o blogue do jornalista explicaria que “só serão publicados dados que tenham interesse público”, apresentando cifras impressionantes.

Ainda de acordo com o blogue, “a imensa maioria dos nomes contidos na listagem brasileira do HSBC da Suíça é desconhecida do grande público”. De todo modo, haveria “uma minoria de pessoas conhe-

MUNDO

cidas”, a saber: “empresários, banqueiros, artistas, esportistas, intelectuais”. Ele divulgou, então, nomes e contas de pessoas citadas na Operação Lava Jato, bem como de outras envolvidas nos casos de corrupção que envolvem o Metrô de São Paulo e a empresa Alstom, Operação Vampiro, máfia do INSS e outras. Atualmente, o trabalho de investigação de Rodrigues e sua equipe é complementado por uma parceria com o jornal *O Globo* na apuração e divulgação dos resultados.

Concentração no setor

“Seria fundamental que um caso como esse fosse tratado com a devida relevância jornalística, que ele não está tendo até o momento, por parte da grande mídia como um todo”, avalia a jornalista Beatriz Barbosa, integrante do Coletivo Interozinhos e da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas. “No cenário vivenciado no Brasil, de grande concentração no setor, a ausência de pluralidade que verificamos nos meios pode fazer com que o direito à informação da sociedade seja em parte negado neste caso”.

Beatriz destaca que a descoberta, em março, de “parte da explicação sobre por que isso está acontecendo — temos donos e empresários dos meios de comunicação entre as pessoas com recursos milionários nas contas do HSBC”, acabou por mostrar “outra faceta, econômica e política, pela qual os meios acabam não dando a devida importância a essa denúncia”. Ela pondera que faz parte do trabalho da imprensa buscar enfoques, filtros e ênfases, mas, “se você tem um mesmo filtro sobre a questão,



ou um único filtro, é grande a chance de parte dos casos e fatos que integram a notícia não chegarem ao conhecimento da sociedade”.

Tal situação decorre, conclui Beatriz, não somente das relações do HSBC com a mídia enquanto grande banco e anunciante, mas sim “dos interesses diretos dos grupos, relativos aos recursos que eles possuem nessas contas e a como, quando e por que remetaram esse dinheiro para o exterior”. Adverte que “serão esses mesmos interesses que acabarão determinando até onde as investigações e consequências delas poderão chegar — tendo os próprios donos e sócios dos ve-

ículos como investigados”.

Pluralidade de visões

Natalia Viana conta que, quando participou do grupo responsável pela divulgação dos documentos relativos ao *Wikileaks*, em 2010, havia desde o início a premissa de que todo o material seria publicado na íntegra ao final. Além disso, houve quatro meios e momentos diferentes de divulgação, com visões bastante distintas: “Com essas diferentes visões, acredito que se fique mais próximo de atingir o dito interesse público”. Para Natalia, quanto mais jornalistas tiverem acesso

à documentação, “maior será a pluralidade de visões e a riqueza com que o tema chega à sociedade”.

No caso do HSBC-*Swissleaks*, a partir do momento que a equipe de *O Globo* se somou à do UOL, opina ela, “ampliou-se o olhar sobre os documentos, e muito mais nomes passaram a ser divulgados”. A jornalista conta que o ICIJ, responsável pela divulgação do *Swissleaks* no exterior, defende a política utilizada afirmando que é um processo que envolve jornalistas, e não “vazadores”. Para Natalia, a crítica representa uma ameaça ao trabalho realizado primeiramente por Julian Assan-

ge e depois por Edward Snowden.

“Negar a importância do que foi feito é uma ameaça até mesmo a essas pessoas, que já foram presas, exiladas, etc. Ao se privilegiar os ‘jornalistas com J maiúsculo’, para uma ameaça sobre os demais que se dedicam a trazer informações para a sociedade”.

Ponta do iceberg

Os dados revelados pelo escândalo são estarrecedores, mas podem representar apenas o início de um debate do qual o Brasil não pode fugir mais, que diz respeito às riquezas perdidas pelo país em função dos crimes de sonegação e evasão fiscal. De acordo com informações do jornalista Miguel do Rosário em seu blogue *O Cafezinho*, o Brasil encontra-se em quarto lugar no *ranking* dos países cujos cidadãos possuem mais dinheiro guardado ilegalmente em paraísos fiscais, com nada mais nada menos do que 1 trilhão de reais.

O Brasil é ainda o segundo país com maior taxa de evasão fiscal do mundo, tanto em termos percentuais quanto absolutos. Ao passo que a Rússia deixa de arrecadar o equivalente a 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) devido à evasão, no Brasil a taxa é de 13,4%. A Rússia assiste a uma evasão anual da ordem de 211 bilhões de dólares, frente a um total de 280 bilhões de dólares no Brasil, número inferior apenas ao verificado nos EUA, de 337 bilhões de dólares, mas que corresponde a meros 2,3% do PIB estadunidense.

Disposto a apreciar essa temática, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) buscava em meados de março 2015 instalar uma CPI sobre o caso HSBC-*Swissleaks* no Congresso Nacional.

GREVE PARA MANTER EMPREGOS

Trabalhadores da GM ganham primeira batalha, mas ainda há risco de demissões



Multinacional colocou 798 trabalhadores em lay-off, mas baixou o número para 473 após a paralisação. Em Taubaté a Volks colocou 4.200 metalúrgicos em férias coletivas

Shirley Marciano

Trabalhadores da General Motors (GM) de São José dos Campos foram colocados em *lay-off* no dia 9 de março e devem retornar ao trabalho em 8 agosto, com estabilidade de apenas 3 meses. O *lay-off* é um período em que o trabalhador fica com o contrato suspenso e afastado da empresa, fazendo curso profissionalizante de capacitação pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que divide

com a empresa o custeio do salário desse empregado durante esta fase.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, por meio de uma das maiores greves dos últimos 12 anos, conseguiu da multinacional um acordo para reduzir os impactos negativos do *lay-off*. Inicialmente a montadora entregou uma lista contendo 798 funcionários que entrariam em *lay-off*, porém, após a greve, ela recuou e reduziu o número de trabalhadores envolvidos para 473, com estabilidade de emprego por mais três meses.

Luiz Carlos Prates (“Mancha”), diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, explica que a GM queria na verdade demitir os trabalhadores, porém aceitou negociar a permanência deles a partir do momento em que se iniciou a greve. “Foi uma grande paralisação. Os

trabalhadores cruzaram os braços dentro da fábrica, ou seja, entraram e não trabalharam. Essa ação começou a impactar a produção de motores dos carros fabricados em São Caetano e Gravataí”, conta Mancha.

A GM alegou ao Sindicato e à mídia local que há um excedente de trabalhadores em razão do desaquecimento da economia. As pessoas estão comprando menos carros e por isso a fábrica teria que reduzir a produção.

Setor já cortou 17 mil

Numa simples pesquisa na Internet é possível verificar que os carros no Brasil são bem mais caros quando comparados aos vendidos no México, nos EUA ou nos países da Europa. As montadoras automobilísticas possuem uma margem de lucro muito grande no

país. “O objetivo da empresa é garantir lucro no Brasil para compensar o prejuízo que vem sofrendo em outros países. Mas, ao invés de baixarem os preços dos carros para equilibrar a desaceleração da economia, eles optam por reduzir a produção demitindo os trabalhadores ou reduzindo direitos”, ressalta Mancha.

Ele questiona também o governo federal pelo fato de ter dado às montadoras isenção fiscal, como a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sem exigir como contrapartida, no mínimo, a estabilidade dos trabalhadores.

Notadamente o setor está em crise, pois a Volkswagen, por exemplo, dará férias coletivas a 4.200 funcionários de 30 de março a 20 de abril, e também em março deveria colocar em *lay-off* outros 250 funcionários, de acordo com

Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em fevereiro as vendas sofreram queda de 28,9% com relação ao mesmo mês do ano anterior. A Anfavea reconhece que desde novembro de 2013 o setor já demitiu 17.300 pessoas.

Todas essas demissões impactam a economia como um todo e, sobretudo, a regional, já que, a cada emprego direto perdido, estima-se que outros cinco desapareçam. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos afirma que a luta não terminou, mas que apenas ganharam um tempo para poder organizar as mobilizações e garantir o emprego desses trabalhadores. A luta será focada em cobrar da empresa e do governo federal.

CUIDADOS SÃO FUNDAMENTAIS

Pé diabético, doença grave que pode ser evitada

Conjunto de alterações anatômicas e funcionais, decorre de complicações vasculares tardias do diabetes mal controlado. A neuropatia periférica pode levar de 10 a 20 anos para se manifestar, já como lesão irreversível

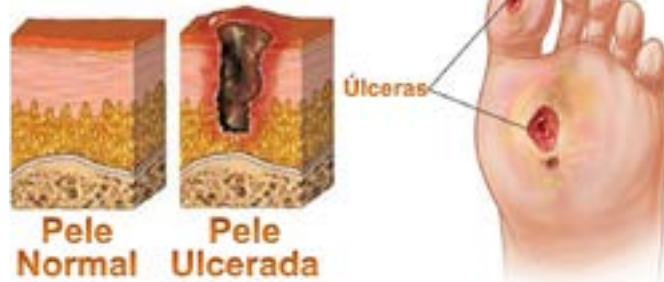
João Batista de Oliveira

O diabetes mellitus é uma doença que afeta os mais variados órgãos e sistemas, levando ao final de anos, caso não bem controlado de forma contínua, a lesões irreversíveis e até amputações. O pé diabético é uma dessas graves lesões. Trata-se da denominação para um

conjunto de alterações anatômicas e funcionais e com acometimento neurológico periférico, decorrente das complicações vasculares tardias do diabetes mellitus mal controlado. A perda da sensibilidade nos pés (também consequência tardia do tratamento inadequado – e já irreversível), faz com que o paciente não se dê conta das lesões que vão ocorrendo e que favorecem feridas, úlceras, infecções as quais podem evoluir para isquemia, gangrena e amputação.

Se você ou um parente é diabético, fique atento às seguintes alterações nos pés:

- diminuição de reflexos
- insensibilidade à dor ou mudança de temperatura
- formigamentos nos pés
- dor nos pés que piora quando em repouso
- dor em queimação



Cuide de seus pés

Caso você seja portador de diabetes, prevenção é o fundamental para evitar o pé diabético. Examine os pés diariamente em um local com boa iluminação; caso não consiga sozinho, peça ajuda de alguém; olhe em cima, dos lados, na sola, as unhas e especialmente entre os dedos. Busque por frieiras, cortes, calos, rachaduras, feridas.

Corte as unhas adequadamente a cada 4 semanas, em corte quadrado, e passe

lixa para arredondar pontas. Evite calor local; não utilize bolsa de água quente ou escaldapés. Use hidratante diariamente nos pés, de duas a três vezes ao dia, especialmente após o banho; porém, não deixe a umidade do hidratante entre os dedos.

Não utilize calçado sem meias; e as meias devem ser sem costuras e de algodão; não utilize meias de nylon. Use calçados fechados, confortáveis, não apertados e de solado rígido; mulheres devem usar salto quadrado

de até 3 cm, bem como evitar os calçados de ponta fina e sandálias; calçados novos não devem ser usados por mais de uma hora no dia.

Não ande descalço, pois isso pode favorecer traumas. Seque bem os pés após o banho.

Evite manter as pernas cruzadas; se for permanecer sentado por muito tempo, mexa os pés a cada trinta minutos, inclusive durante viagens. Realize caminhadas, porém com calçados adequados.

O tratamento do pé diabético não é fácil, devido à insuficiência circulatória instalada. Haverá necessidade de tratamento medicamentoso sob prescrição médica tanto para essa deficiência da circulação, quanto para obter a cicatrização de lesões de pele, das úlceras e das infecções. Só utilize remédios prescritos pelo médico.

Terapia com cães alegra crianças

Shirley Marciano

Na pediatria do Hospital Municipal de São José dos Campos a alegria tem hora marcada. Todas as sextas-feiras, às 15 horas, os pequenos pacientes recebem uma visita incomum. Bruna e Belinha, as duas cadelas que fazem parte do Projeto Cão Amigo, têm a nobre missão de levar diversão às crianças que estão internadas para tratamento médico. Essa “terapia canina”, iniciada em outubro de 2014, faz parte das ações da Comissão de Humanização do hospital.

“É a primeira vez que vejo um cachorro dentro do hospital. É diferente. Acho que pode ajudar na recuperação das crianças, porque elas ficam mais animadas”, diz Valéria Ferreira Angelo, mãe de Guilherme, 6 anos. Assim que viu a labrador Bruna, Guilherme já se mexeu na cama para passar a mão na cabeça dela. Acompanhada de seu treinador, Bruna foi gentil e o cumprimentou levantando uma das patas (foto). Após brincar com a cachorra, o menino tomou uma injeção no pulso, mas mostrou valentia e não chorou. Valéria conta que ele está fazendo vários exames, porque tem febre há semanas.

O treinador Lauro Freire comenta que há



exigências para que seja autorizada a entrada dos cães no hospital, dentre as quais a de que os animais estejam com a vacinação em dia. Além disso, os cães são muito bem cuidados, limpos e escovados.

A pediatra Daniela Valadares conta que a finalidade do Projeto Cão Amigo é a redução da ansiedade e do medo das crianças durante o tratamento, que em muitos casos pode ser doloroso. “É nítido que acaba despertando esse lado lúdico das crianças. Elas ficam mais tranquilas

com ela. É o momento em que a dócil labrador pode mostrar todas as suas habilidades, deitando, rolando, fingindo ter a pata quebrada.

A reportagem visitou o Hospital num dia em que a pequena Belinha, de raça maltês, não podia brincar por estar no cio. “Mas ela é muito querida por todos e logo volta ao trabalho, porque adora brincar com as crianças”, explica Antonio da Silva Júnior, funcionário do Hospital e membro da Comissão de Humanização.

e abrem o sorriso quando os cães chegam. Temos observado um resultado muito positivo”, relata a médica. A pediatria possui 24 leitos. Bruna e Belinha percorrem cada quarto para visitar seus amigos.

Após passar pelos quartos, Bruna vai para o quintal do hospital. Os pacientes que podem sair brincam livremente

POLARIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Atos opostos, em defesa do governo e contra, reúnem centenas de milhares de pessoas

Manifestações de 13/3, lideradas pela CUT e outras centrais sindicais, rejeitaram o golpismo e proposta de impeachment de Dilma e deram ênfase à defesa da Petrobras. Os atos de 15/3 contra Dilma, por sua vez, tiveram claro apoio da TV Globo

Antonio Biondi

Uma enorme manifestação com dezenas de milhares de pessoas —mais de 100 mil, nas cálculos de uma das principais organizadoras, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) — ocupou totalmente a Avenida Paulista no dia 13 de março, em defesa da democracia, da Petrobras, por direitos e pela reforma política. Organizado por diversas centrais e sindicatos, movimentos sociais, entidades e partidos, o ato se colocou contra as pretensões golpistas travestidas de impeachment e contra o risco de outros retrocessos sociais, econômicos e políticos no país.

O ato em São Paulo integrou uma mobilização de caráter nacional, com manifestações em 24 capitais e inúmeras outras cidades. As feições qualitativas e quantitativas da mobilização surpreenderam, servindo, ainda, para colocar uma pressão à esquerda sobre o governo. No caso de a presidenta Dilma Rousseff optar por seguir uma trilha mais alinhada às expectativas desse segmento, as ruas de 13 de março ajudaram a mostrar que ela conta com base e apoio.

No entanto, as centrais sindicais deixaram claro seu repúdio a medidas como os



Manifestantes das centrais sindicais e movimentos sociais na Av. Paulista em 13/3

projetos de lei originados nas medidas provisórias 664 e 665, que reduzem direitos dos trabalhadores como o auxílio-desemprego, o auxílio-defeso e outros.

Dois dias depois, a Avenida Paulista foi tomada por outra enorme massa, dessa vez porém em claro protesto contra Dilma. Ao contrário dos atos realizados em 13/3, as manifestações do dia 15/3 (um domingo) contaram com a clara simpatia da TV Globo, que as transformou numa “superprodução”, com direito a tomadas aéreas, transmissão ao vivo e mudança da grade de programação da emissora.

Assim, a quantidade de manifestantes no domingo em São Paulo, em torno do “Fora, Dilma!” e pelo impeachment, foi estimada pela TV Globo em “580 mil” por volta das 16 horas e, apenas meia hora depois, em “1 milhão”, tendo como fonte a Polícia Militar. Mas não há indicação concreta de que essa manifestação tenha sido mais nume-

rosa que a do dia 13.

“Não vai ter golpe!”

O ato de 13 de março na capital paulista foi marcado por uma forte presença das entidades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como por uma intensa chuva em boa parte da atividade, que transcorreu pacífica do começo ao fim. Os participantes em momento algum esmoreceram com o aguaceiro.

“Não mexa nos meus direitos” e “Direito não se reduz, se amplia”, diziam as faixas vermelhas levadas por integrantes da CUT. A derubada dos projetos que mudam o seguro-desemprego, a pensão por morte e outros direitos também foi pautada, assim como a taxaçoão das grandes fortunas.

Já encharcados na descida da Consolação, os manifestantes cantaram firmemente que “Não vai ter golpe!”, além de afirmar que “Pode chover/pode molhar/só não pode/

privatizar!”. Levando faixas com os dizeres de que “A Petrobras é do povo brasileiro”, os trabalhadores petroleiros enfatizaram a defesa da empresa, reafirmada em diversas falas nos carros de som.

João Antonio de Moraes, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), ressaltou a importância da Petrobras para o país. Moraes declarou ao site da CUT que os casos de corrupção não podem ser usados distorcidamente para inviabilizar a estatal. Ele defende a punição de quem tenha cometido irregularidades, após a comprovação do ilícito.

“São cerca de 1,5 milhão de empregos que giram em torno da indústria do petróleo. Entregar o Pré-Sal é um crime. O povo não permitirá que isso aconteça”, afirmou. Entre outras conquistas, ele ressaltou que em 2014 “a Petrobras se tornou a maior produtora de petróleo com capital aberto do mundo, recebeu pela terceira vez o prêmio Nobel da indústria do petróleo e bateu recordes no refino”. João Paulo Rodrigues, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lembrou que a defesa da Petrobras é uma bandeira histórica dos movimentos, agora pautada unificadamente em todo país.

Defesa do Pré-Sal

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, destacou a capacidade de mobilização dos movimentos e, em especial, da entidade. Segundo ele, “a Central deu o recado de que agora precisa acabar o processo de terceiro turno para que a presidenta Dilma possa governar. Mas que governe ouvindo o povo, colocando em prática a agenda que ganhou as eleições”.

Freitas defendeu a adoção de uma política econômica que fortaleça o Estado e o crescimento do país.

No ato de 13 de março, ao qual compareceram diversos grupos e movimentos sociais de todo o Estado, as pautas também se multiplicaram. A mídia foi criticada em cartazes como “Fora mídia golpista”, “Não deixe a mídia roubar o seu Pré-Sal” e outros. “Corrupção se combate com reforma política”, preconizava uma das faixas mais fortes. “Respeita que aqui é povão”, dizia cartaz empunhado por um popular. Um outro lembrava que a corrupção está longe de ser o principal problema: “Tolerância zero para a sonegação”.

A crise no abastecimento de água em São Paulo não foi esquecida, adesivos perguntavam “Geraldo, cadê a água?” e um cartaz clamava contra “o desperdício nas piscinas particulares”.

Até o controverso bordão que postulava “FHC e FMI fora já daqui” reencontrou seu lugar, com novos personagens: Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, e Joaquim Levy, ministro da Fazenda. Sônia Coelho, coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, avisou que o movimento é contrário ao ajuste fiscal comandado por Levy: “Queremos um caminho que avance nos direitos trabalhistas, das mulheres e na reforma política”.

Thiago Pará, da coordenação nacional do Levante Popular da Juventude, afirmou que o ato também é uma crítica ao governo, pela esquerda, “mostrando que não queremos esse ajuste: queremos reforma política, Constituinte e avanços políticos”. E destacou: “O caminho que desejamos é o oposto ao neoliberal e à volta da Ditadura”.